



Órgão Oficial Eletrônico - 2920
Campo Mourão - Terça-feira - 20/06/2023

Atos da Administração Indireta:

PREVISCAM

ATA DA 193ª REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DA PREVISCAM

Ata da 193ª Reunião Ordinária dos Conselhos de Administração Fiscal da PREVISCAM, realizada aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três (16/02/2023), às oito horas e trinta minutos (08h30min.) na sala de reuniões da PREVISCAM, sito à Av. Irmãos Pereira, 995, com a presença dos conselheiros que assinaram a lista de presença anexa. Às oito horas e trinta e sete minutos, confirmado o quórum regimental para os dois Conselhos, a presidente do Conselho de Administração, Angela Cristina Ferreira, representante do Sindiscam, deu início a reunião com a apresentação da pauta, que foi aprovada: **1) Leitura e aprovação da Ata 192ª Reunião Ordinária; 2) Definição da forma de apresentação do relatório de Governança; 3) Informes; 4) Tema Livre.** Posteriormente, a secretária do conselho de administração, Josiane F Munis da Silva, fez a leitura da Ata da 192ª Reunião Ordinária, que foi aprovada pelo Conselho de forma unânime. Dando continuidade, Silvane Bottega, Superintendente, iniciou a fala sobre o relatório de governança corporativa da PREVISCAM do ano de 2022, que está sendo elaborado, não há exigência legal, mas pontua para a certificação da PREVISCAM no Pró-Gestão e que o Tribunal de Contas – TCE-PR no questionário de avaliação dos RPPS cobrou esse relatório. Silvane falou sobre a estrutura do relatório e que será apresentado e submetido à aprovação do conselho em reunião ordinária. Nos informes Silvane comenta sobre a adoção de alíquota suplementar patronal para o grupo ocupacional do magistério, que é uma possibilidade legal, uma vez que há menor exigência de anos de contribuição previdenciária para esse grupo, não é uma necessidade atual da PREVISCAM, mas tem sido um tema recorrente nos atuais eventos de formação, e é importante que os conselheiros tenham ciência desse assunto como forma de incremento na arrecadação dos fundos, frisa que seria somente a possibilidade de aumento da contribuição patronal e não dos servidores. Angela questionou sobre a apresentação do cálculo atuarial e comenta sobre o Projeto de lei de alteração da Lei Complementar 66/2021, para redução do tempo de serviço público nas regras de transição, pois na lei, na regra permanente é 10 (dez) anos, mas nas regras de transição a exigência foi pra 20 (vinte) anos, por isso foi feito o ofício pelo sindicato, apresentado ao conselho, que aprovou a elaboração do projeto de lei e foi enviado à prefeitura, após a discussão com prefeito a proposição ficou em 15 (quinze) anos de serviço público, encaminhado o PL para a câmara de vereadores, foi solicitado o impacto financeiro nos fundos, e que agora temos de aguardar novamente. Silvane frisa que é um assunto complicado, pois são em torno de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) de redução do superávit no fundo previdenciário, que na reunião com o Kogut, poderemos abordar e entender melhor esse impacto nos fundos. Na época não tínhamos o impacto financeiro, Silvane diz que foi favorável a retirada do PL de tramitação na Câmara e que o conselho precisa discutir o assunto novamente. Angela expressa sua frustração e frisa que é desumano uma pessoa que teria de trabalhar mais um ano para aposentar, agora ter que trabalhar mais 10 anos por conta dessa regra nova. Na sequência Silvane aborda outra questão; a do empréstimo consignado com recurso do fundo previdenciário aos servidores da ativa, aposentados e pensionistas, que precisamos estudar o assunto, por ser uma possibilidade de receita nova, que foi mantido zerado o objetivo de alocação em consignado na política de investimentos para 2023, mas que a política pode ser revista a qualquer tempo, que o assunto também vem sendo debatido nos eventos e precisamos começar a pensar nele, visto que está previsto na portaria 1467 que compilou todas as outras portarias do RPPS, solicitou que os conselheiros leiam a sessão 21 e o anexo 8 especificamente sobre a operacionalização do consignado. O conselheiro fiscal Sergio Luís Vieira, questionou se teria que contratar uma operadora de empréstimo, Silvane respondeu que é necessário um estudo de impacto e viabilidade através de consultoria com empresa que demande essa tecnologia e empresa prestadora de serviço para gestão do sistema, que fará esses contatos, que uma empresa já procurou a prefeitura e a PREVISCAM e que essa mesma empresa estava no congresso da APEPREV em Foz do Iguaçu apresentando o produto de gestão de consignados para RPPS. Silvane informou que terá um curso específico para comitê de investimentos, final de março, que seria um espaço para questionar mais sobre isso, um assunto que está trazendo para começar a amadurecer e pensar. Continuando a pauta, Silvane falou sobre o projeto de lei da alteração administrativa e funcional da Previscam, que retornou da administração com alguns questionamentos e sugestões, como por exemplo o reajuste do jeton, não foi previsto no projeto de lei, sobre o pagamento aos suplentes e outros pontos a serem discutidos, também a necessidade de descrever as funções das gerências e divisões. Angela falou a questão dos suplentes que não comparecem nas reuniões, e quando vem na reunião não tem compreensão dos assuntos. Silvane defendeu extinguir a composição de suplentes, como ocorre na maioria dos RPPS, pois já existe o quórum regimental, que considera complexo, uma vez que aos suplentes será exigido certificação, mas se o titular estiver na reunião o suplente não terá direito ao jeton, e de certa forma é injusto. Sergio diz que um dos motivos para se comparecer ao conselho é profissional, então tem que vir, tem que ser técnico, profissional. Josiane lembra que já há previsão na lei sobre as faltas, deverá ser repensado essa questão do suplente, fazer certificação





Órgão Oficial Eletrônico - 2920

Campo Mourão - Terça-feira - 20/06/2023

e vir, tudo gera custo. Ainda quanto a alteração administrativa, Silvane prossegue lembrando que o cargo de vigia foi proposto colocar em vacância e Maria José, questionou sobre o cargo de auxiliar dos serviços gerais, se a PREVISCAM mantiver a terceirização tem que excluir o cargo e que o cargo de escriturário, o município irá colocar em vacância, e então temos que deliberar sobre isso também, sobre substituir o cargo de programador, pois alugamos software, e um programador não corresponde as necessidades, a intenção é por um técnico de informática, que resolvesse as questões de tecnologia da informação do dia a dia, mas quer deixar isso pra que os conselheiros vão pensando e colocaremos em pauta numa outra reunião. Luiz Fernando Vila Nova, conselheiro administrativo coloca que a estrutura da Previscam comporta sim um técnico, que contribuiria muito. Silvane continuou e lembrou que diante da questão de operacionalizar um consignado, e em tudo que teremos que fazer, isso sobre educação previdenciária, ter um canal de educação e informação aos funcionários, e pensar em ser um apoio ao servidor em termos de planejamento financeiro, pois já vimos que o valor da aposentadoria para novos servidores, é um valor bem reduzido, que precisamos crescer na parte previdenciária, no entanto foi retirado a diretoria de previdência, e sugerido a diretoria jurídica, que foi acatado pelo conselho, pensa que precisamos de uma procuradora e depois pode abrir concurso pra mais uma vaga, que nossa realidade de serviço é para o procurador mesmo, que a gratificação de diretor não é atrativa para um procurador ficar na PREVISCAM na jornada integral, pede aos conselheiro que pensem quanto a essa decisão, que já que a lei voltou quer aproveitar pra trazer e colocar em votação novamente, de valorizar o salário do cargo de procurador da PREVISCAM frente a administração. No tema livre, Silvane informou que Marcelo, de Altamira do Paraná, falou em fazer um curso sobre concessão de benefícios previdenciários antes e depois da reforma, em Campo Mourão, por ser um município maior, no mês de abril, que pra nós talvez nem seja tão necessário, mas seria interessante aos conselheiros participar, tanto pelo tema quanto porquê não teríamos despesas, só a questão do auditório, de sediarmos, e eles vão trazer a consultoria de gestão previdenciária e tem interesse em mostrar o trabalho deles, coloca para aprovação dos conselheiros, que aprovaram de forma unânime o evento para abril, com previsão para os dias 13 e 14, em uma quinta e sexta-feira. Sobre o Congresso, Josmar de Campos Gonçalves, conselheiro administrativo, disse que gostou do evento, apesar de que achou que tiveram palestras repetitivas, mas sempre há algo a acrescentar. Sergio, conselheiro fiscal, disse que a representante do ministério da previdência era bem versátil, dominava vários assuntos, e viu palestras ótimas, que o formato diferente, com palestras concomitantes no mesmo espaço e uso de fones de ouvido pelos congressistas foi bem interessante. Nada mais havendo a tratar, a presidente do Conselho de Administração, declarou encerrada a reunião às dez horas e um minuto eu, Josiane Flores Munis da Silva, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada por mim e demais conselheiros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

LOURDES GADOTTI DE CAMPOS _____

HELENI DOS SANTOS FERREIRA _____

JOSMAR DE CAMPOS GONÇALVES _____

ADAIL JOÃO DOS SANTOS _____

ANGELA CRISTINA FERREIRA _____

JOSIANE FLORES MUNIS DA SILVA _____

LUIZ FERNANDO VILA NOVA _____

PEDRO ROGÉRIO VICTOR _____

ADRIANA BORGES DE ARAUJO SMAHA _____

MARIA JOSÉ PEREIRA DA SILVA _____

SILVANE BOTTEGA _____

FLORIANO CZACHOROWSKI JUNIOR _____

CONSELHO FISCAL:

MARGARÉTE ALVES GIRALDI _____

SOLANGE PANATO _____

MARISTELA JACINTO SARTORI _____

CLAUDIO TELES LIMA _____

MARIA CLARA BARROSO BUENO _____

ALINE CRISTINA AMBROSIO _____

ELIAS DA SILVA _____

RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA _____

SERGIO LUÍS VIEIRA _____

TIAGO MARTINS DA SILVA _____

SILVANE BOTTEGA _____

FLORIANO CZACHOROWSKI JUNIOR _____